



## 1. Contexto Operacional | DFP 2017

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na B3 Brasil Bolsa Balcão (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui três unidades fabris, sendo duas na China e uma na Argentina e possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
  - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
  - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
  - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes informações anuais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2018.

## 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo a International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados, incluindo nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECN Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	-	100,00	-
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	96,87	3,11	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru S.R.L.	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	-	100,00	-
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	-	54,50	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do balanço.

#### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido, devido ao hedge accounting.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

#### ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, até que ocorra a respectiva alienação da controlada no exterior.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

### 2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio, incluindo frete e impostos não recuperáveis.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Impostos--Continuação

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Impostos--Continuação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia

- \* ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul e Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo. (12%)
- \*\* ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste e Centro Oeste, incluindo ES ( 7%.)



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Impostos--Continuação

\*\*\* ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal Nº.13 de 2012. (4%)

\*\*\*\* IPI – Produtos com redução na alíquota devido à classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035 de 2013).

### 2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Governo do Estado: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ - Secretaria do Estado da Fazenda e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, a partir do ano calendário 2013; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo split system, a partir do ano calendário 2009; (iv) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de máquina de lavar louças, a partir do ano calendário 2012; (v) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo split system e máquina de lavar louças, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (vi) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.8 Imobilizado--Continuação

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A venda e a transação de sale and leaseback envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação seja estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o respectivo contrato. Se a transação de sale-leaseback resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

### 2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.9 Intangível--Continuação

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

#### Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.10 Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

#### a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

#### b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação --Continuação

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

#### c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 15) e assistência médica (Nota 16). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.12 Benefícios a empregados--Continuação

O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

### 2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora indireta da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

### 2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

#### Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

#### Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

#### Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

#### Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

#### Operações de hedge--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

### 2.15 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente

## 2. Políticas contábeis—Continuação

### 2.15 Reconhecimento de receitas--Continuação

os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### 2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### 2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.18 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.19 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

### 2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017

Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017—Continuação

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 48/IFRS 9: Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A IFRS 9 não deverá trazer impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da companhia.
CPC 47/IFRS 15: Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige que uma entidade ao reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	Nossa avaliação referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas visto que, as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas, não sendo necessária abertura de períodos anteriores dos lucros acumulados. Apresentamos abaixo o processo que utilizamos para a adoção da nova norma e as questões significativas de implementação abordadas que concluímos como não significativas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criamos uma equipe global de implementação de gerenciamento de projetos multifuncionais para avaliar todos os impactos potenciais dessa norma.</li> <li>• Revisamos nossas políticas e práticas contábeis atuais em cada segmento operacional para identificar possíveis diferenças que resultariam da aplicação da norma, e atualizou-os em conformidade.</li> <li>• Determinamos fatores-chave do processo de cinco etapas para reconhecer a receita conforme prescrito pela nova norma que pode ser aplicável a cada uma das nossas unidades de negócios que fazem parte dos nossos segmentos.</li> <li>• Os contratos de clientes de cada unidade de negócios foram identificados e revisados.</li> <li>• Avaliação das provisões do contrato e a comparação de políticas e práticas contábeis históricas com os requisitos da nova norma (incluindo uma comparação com nossas políticas atuais de reconhecimento de receita).</li> </ul> Não determinamos que mudanças significativas sejam necessárias para nossos processos, sistemas e controles de negócios para efetivamente reportar o reconhecimento de receita sob a nova norma.
IFRS 16: Leases	1º de janeiro de 2019	Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Companhia está atualmente avaliando o efeito que este pronunciamento terá em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.



## 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017--Continuação

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Ativos tangíveis—Continuação

equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

#### Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	71.464	78.974	524.254	404.218
Certificados de depósitos bancários	372.418	243.129	643.404	352.134
	443.882	322.103	1.167.658	756.352

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

## 5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Clientes nacionais	530.370	616.690	1.111.484	1.178.821
Clientes no exterior	196.985	249.107	286.602	327.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.495)	(54.291)	(67.937)	(77.424)
Ajuste a valor presente	(15.943)	(22.336)	(27.218)	(34.935)
	666.917	789.170	1.302.931	1.393.737

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
A vencer	521.172	635.596	1.070.007	1.164.964
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	125.020	76.941	201.476	141.164
de 61 a 180 dias	14.738	57.109	36.395	73.245
de 181 a 360 dias	17.148	34.905	24.126	43.678
mais de 360 dias	49.277	61.246	66.082	83.045
	727.355	865.797	1.398.086	1.506.096



## 5. Clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	54.291	59.891	77.424	73.206
Complemento de provisão no exercício (+)	58.995	33.329	76.530	53.228
Valores baixados da provisão (-)	(68.791)	(38.929)	(86.523)	(49.010)
Ajuste de Conversão	-	-	506	-
	44.495	54.291	67.937	77.424

## 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	255.643	226.090	497.131	501.225
Matérias-primas e componentes (ao custo)	271.764	241.548	370.609	326.526
Importações em andamento e outros (ao custo)	217.821	204.884	361.891	364.513
Provisão para perdas	(11.512)	(4.974)	(19.581)	(14.693)
Ajuste a valor presente	(10.137)	(6.136)	(15.678)	(13.072)
<b>Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor</b>	<b>723.579</b>	<b>661.412</b>	<b>1.194.372</b>	<b>1.164.499</b>

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	4.974	9.662	14.693	21.800
Complemento de provisão no exercício (+)	17.015	11.712	19.523	28.039
Valores baixados da provisão (-)	(10.477)	(16.400)	(14.583)	(33.719)
Ajustes de conversão	-	-	(52)	(1.427)
	11.512	4.974	19.581	14.693

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

## 7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:</b>				
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	717	42.047	33.660
Provisões temporariamente não dedutíveis	155.172	151.328	192.993	191.740
Provisões para contingências	41.642	37.850	57.726	54.664
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	4.764	3.969	6.077	8.256
Plano de previdência privada e de assistência médica	9.991	5.013	9.991	5.013
Imposto de renda e contribuição social ativos	211.569	198.877	308.834	293.333
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:</b>				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(10.754)	(11.163)	(15.144)	(15.514)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(71.247)	(66.059)	(72.480)	(66.330)
Imposto de renda e contribuição social passivos	(82.001)	(77.222)	(87.624)	(81.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	129.568	121.655	221.210	211.489

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral dos créditos é de até 2 anos para a controladora e de até 10 anos para o consolidado, exceto pelas contingências para o qual não é possível prever prazo de realização.

## 7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Resultado contábil antes dos impostos	446.468	347.299	540.177	433.242
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(258.669)	(263.936)	7.295	13.901
Pagamento baseado em ação	36.378	23.533	36.379	23.533
Ajuste preço de transferência	13.216	15.043	13.855	15.496
Incentivos fiscais ICMS	-	-	(41.757)	(42.404)
Befiex	(135.798)	-	(135.798)	-
Outras diferenças permanentes	(10.269)	(5.746)	(12.555)	(16.046)
<b>Base de cálculo</b>	<b>91.326</b>	<b>116.193</b>	<b>407.596</b>	<b>427.722</b>
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
<b>Subtotal</b>	<b>(31.051)</b>	<b>(39.506)</b>	<b>(138.583)</b>	<b>(145.425)</b>
Incentivos Fiscais	2.159	3.146	2.597	3.146
IRRF sobre dividendos de Controladas	-	(1.446)	-	(1.446)
Ajuste de exercício anterior	18.282	2.295	18.121	18.098
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas	-	-	5.333	9.125
<b>Total</b>	<b>(10.610)</b>	<b>(35.511)</b>	<b>(112.532)</b>	<b>(116.502)</b>

## 8. Partes relacionadas

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias.

## 8. Partes relacionadas—Continuação

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

	Ativo				Passivo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Controladoras</b>								
Whirlpool do Brasil Ltda.	-	321.079	-	321.079	-	-	-	-
Whirlpool Corporation	-	4.745	-	36.797	3.090	8.861	203.074	136.226
<b>Controladas</b>								
Embraco North America	34.232	28.673	-	-	30.131	20.789	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	47.429	451	-	-	184.437	120.331	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	3	1.256	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	8.594	45.763	-	-	-	14	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	117.941	16.121	-	-	453.818	484.253	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	5.026	2.895	-	-	8.997	9.385	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	27.038	20.932	-	-	11.519	10.199	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	-	-	-	-	39.576	113.754	-	-
Whirlpool Peru	610	1.241	-	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
Brasmotor	-	-	-	-	19.749	20.541	19.749	20.541
Whirlpool Comercial Ltda	-	-	-	-	32.328	29.843	32.328	29.843
Embraco Europe	63.139	38.744	85.002	52.531	278	72	10.637	16.299
Embraco Slovakia S.R.O	-	-	-	-	8.371	4.851	9.441	5.157
Whirlpool Europe SRL	-	-	-	-	8.661	1.673	8.676	6.060
Whirlpool Properties, Inc	-	-	-	-	423	487	1.266	2.640
Whirlpool China Investment Co. Ltd	722	395	367.668	282.240	-	-	-	-
Industrias Acros Whirlpool	156	477	15.378	19.686	-	-	-	-
Embraco Luxemburgo	58.583	184.989	58.988	185.031	2.700	2.168	38.881	47.941
Whirlpool Of India Ltd	-	-	-	-	167.726	1.300	167.726	1.300
Outras	32.814	31.091	120.924	60.907	4.430	4.780	33.102	7.328
<b>Total</b>	<b>396.287</b>	<b>698.852</b>	<b>647.960</b>	<b>958.271</b>	<b>976.234</b>	<b>833.301</b>	<b>524.880</b>	<b>273.335</b>
<b>Circulante</b>	<b>396.287</b>	<b>377.773</b>	<b>647.960</b>	<b>637.192</b>	<b>314.080</b>	<b>298.663</b>	<b>299.625</b>	<b>222.950</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>321.079</b>	<b>-</b>	<b>321.079</b>	<b>662.154</b>	<b>534.638</b>	<b>225.255</b>	<b>50.385</b>

## 8. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas				Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Controladora</b>								
Whirlpool Corporation	11.911	7.004	155.647	193.243	13.321	25.035	106.764	47.175
<b>Controladas</b>								
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	-	81	-	-	3.374	4.341	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	-	-	-	-	168.873	191.977	-	-
Embraco North America	325.476	365.377	-	-	-	-	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	831.563	583.511	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	47.129	42.730	-	-	33	7	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	2.060	8.027	-	-	116	123	-	-
Whirlpool Peru	1.717	153	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Chile Ltda	734	2.273	-	-	-	-	-	-
EECON China	7.474	-	-	-	27.897	-	-	-
Appliances CO. Ltd.	-	4.907	-	-	-	40.920	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
Embraco Europe	119.212	88.738	330.884	242.001	391	68	199.284	200.977
Embraco Slovakia S.R.O.	26.971	29.786	43.357	44.612	-	16.670	843.519	16.722
Whirlpool of India	-	-	12.043	-	-	-	-	-
Whirlpool Europe Srl	907	1.798	907	1.798	-	27.728	-	35.139
Whirlpool Colombia	3.666	3.121	3.777	3.121	-	-	-	-
Whirlpool Southeast Asia Pte	346	973	346	973	-	-	-	-
Polar S.A.	228	954	228	954	7.731	12.924	8.080	13.171
Embraco Luxemburgo	33.072	47.937	33.369	51.512	1.320	654	413.012	506.528
Embraco Russia	-	12.527	-	12.527	-	-	-	-
Hefei Sanyo	-	-	5.591	9.594	102	331	14.028	5.237
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	102.686	112.596	-	-	-	-
Whirlpool Slovakia S.R.O	-	-	-	-	19.163	-	5.739	5.060
Industrias Acros Whirlpool	825	2.097	160.118	201.898	-	-	-	-
Whirlpool EMEA S.p.A	-	-	-	-	23.378	-	40.852	-
Outras	21.707	5.521	22.733	5.719	5.016	3.023	156.225	11.694
	1.434.998	1.207.515	871.686	880.548	270.715	323.801	1.787.503	841.703

## 8. Partes relacionadas--Continuação

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo e títulos emitidos entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

		Mútuos ativos e passivos				Receitas e Despesas sobre Mútuo			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Taxas		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativo</b>									
<b>Controladoras</b>									
Whirlpool do Brasil Ltda.	102% do CDI	-	321.079	-	321.079	22.139	39.720	22.139	29.360
<b>Outras partes relacionadas</b>									
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	-	-	366.040	282.359	-	-	12.116	12.059
Embraco Luxemburgo	Libor 6m a.a.	-	-	-	-	-	-	-	9.772
<b>Total do Ativo</b>		-	321.079	366.040	603.438	22.139	39.720	34.255	51.191
<b>Passivo</b>									
<b>Controladora</b>									
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1% a.a.	-	-	189.866	128.112	-	-	2.945	3.723
<b>Controladas</b>									
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102% do CDI	-	-	-	-	-	1.859	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102% do CDI	453.818	484.253	-	-	49.562	72.539	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>									
Whirlpool Comercial Ltda.	102% do CDI	32.328	29.843	32.328	29.843	3.001	3.843	3.001	3.843
Brasmotor S.A.	102% do CDI	19.749	20.541	19.749	20.541	2.063	2.635	2.063	2.635
Whirlpool Of India ltd (*)	3,8% a.a.	167.726	-	167.726	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>		673.621	534.637	409.669	178.496	54.626	80.876	8.009	10.201

(\*) Transação de emissão e colocação privada de título de dívida no exterior (*Bonds*) feitas pela companhia, que foram integralmente subscritas e integralizada pela parte relacionada Whirlpool of India Ltd.

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.



## 8. Partes relacionadas--Continuação

### Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$12.677 (R\$9.830 em 31 de dezembro de 2016) com honorários, R\$9.644 (R\$9.846 em 31 de dezembro de 2016) com benefícios e R\$36.378 (R\$26.989 em 31 de dezembro de 2016) com remuneração baseada em ações.

## 9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos em controladas	1.950.831	1.844.858	-	-
Empreendimento controlado em conjunto (*)	150.391	144.186	150.391	144.186
Outros investimentos	4.456	4.456	4.571	4.569
	<b>2.105.678</b>	<b>1.993.500</b>	<b>154.962</b>	<b>148.755</b>

(\*) B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Informações sobre as empresas controladas e empreendimento controlado em conjunto em 31 de dezembro de 2017:

	Participação no capital (%)		Informações da Controlada				
	Total da participação	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do período
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	100,00	1.102.051	286.208	815.843	580.921	26.851
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	99,43	774.212	678.812	95.400	1.359.578	109.996
CNB Consultoria Ltda.	99,99	99,99	2.511	16	2.495	-	131
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	100,00	100,00	509.520	112.996	396.524	363.412	70.585
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	66,92	994.803	585.258	409.545	761.910	(23.437)
LAWSA S.A.	95,00	95,00	10.395	3.699	6.696	4.187	2.048
Whirlpool Argentina S.A.	96,87	96,87	235.466	119.970	115.496	375.712	14.962
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	99,99	76.243	36.645	39.598	81.430	3.160
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	100,00	185.475	112.984	72.491	533.238	50.294
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	54,50	550	373	177	-	(2.390)
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	100,00	132.788	3	132.785	-	6.123
B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.	50,00	50,00	101.710	20.813	80.897	13.381	(14.701)

## 9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial 2016	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Aquisição/Integralização e Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Equivalência patrimonial 2017	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuído	Aquisição e Integralização e Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	745.849	43.064	-	-	-	788.913	26.850	-	-	-	815.763
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	141.410	75.025	(1.705)	(91.474)	-	123.256	109.369	(557)	(137.212)	-	94.856
CNB Consultoria Ltda.	2.681	(317)	-	-	-	2.364	131	-	-	-	2.495
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	292.132	79.276	(74.196)	-	-	297.212	70.585	28.728	-	-	396.525
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	341.564	9.193	(75.052)	(3.512)	(1.078)	271.115	(15.684)	18.636	-	-	274.067
LAWSA S.A.	14.664	3.078	(3.674)	(8.651)	-	5.417	1.946	(1.002)	-	-	6.361
Whirlpool Argentina S.A.	83.873	19.874	(28.905)	(5.803)	-	69.039	14.494	(12.576)	-	40.928	111.885
Whirlpool Chile Ltda.	31.444	5.417	(4.028)	-	-	32.833	3.159	3.602	-	-	39.594
Mlog Armazém Geral Ltda.	73.964	59.233	-	(6.000)	-	127.197	50.294	-	(105.000)	-	72.491
Up Points Serviços Empresariais S.A.	-	(27)	-	-	2.971	2.944	(1.303)	(33)	-	2.400	4.008
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	165.208	(15.979)	(25.002)	-	341	124.568	6.123	2.095	-	-	132.786
<b>Investimentos em controladas</b>	<b>1.892.789</b>	<b>277.837</b>	<b>(212.562)</b>	<b>(115.440)</b>	<b>2.234</b>	<b>1.844.858</b>	<b>265.964</b>	<b>38.893</b>	<b>(242.212)</b>	<b>43.328</b>	<b>1.950.831</b>
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	120.537	(13.901)	-	-	37.550	144.186	(7.295)	-	-	13.500	150.391
Outros	5.273	-	-	-	(817)	4.456	-	-	-	-	4.456
	<b>2.018.599</b>	<b>263.936</b>	<b>(212.562)</b>	<b>(115.440)</b>	<b>38.967</b>	<b>1.993.500</b>	<b>258.669</b>	<b>38.893</b>	<b>(242.212)</b>	<b>56.828</b>	<b>2.105.678</b>

## 10. Imobilizado

	Controladora						Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação		
<b>Custo</b>								
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>248.467</b>	<b>2.134.009</b>	<b>182.762</b>	<b>276</b>	<b>72.337</b>	<b>2.637.851</b>	<b>145.632</b>	<b>2.783.483</b>
Aquisições	-	-	-	-	-	-	195.581	195.581
Transferências	14.999	154.122	20.279	-	8.586	197.986	(197.986)	-
Alienação/baixa	-	(28.816)	(14.387)	-	(767)	(43.970)	-	(43.970)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>263.466</b>	<b>2.259.315</b>	<b>188.654</b>	<b>276</b>	<b>80.156</b>	<b>2.791.867</b>	<b>143.227</b>	<b>2.935.094</b>
Aquisição	-	42.269	-	-	-	42.269	189.289	231.558
Transferências	33.579	154.379	14.906	-	7.294	210.158	(210.158)	-
Alienação/baixa	(28.134)	(67.464)	(35.262)	-	(3.040)	(133.900)	-	(133.900)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>268.911</b>	<b>2.388.499</b>	<b>168.298</b>	<b>276</b>	<b>84.410</b>	<b>2.910.394</b>	<b>122.358</b>	<b>3.032.752</b>
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>(154.575)</b>	<b>(1.600.287)</b>	<b>(107.344)</b>	<b>(276)</b>	<b>(51.617)</b>	<b>(1.914.099)</b>	<b>-</b>	<b>(1.914.099)</b>
Depreciação	(5.393)	(98.934)	(13.105)	-	(8.303)	(125.735)	-	(125.735)
Baixa da depreciação	-	23.037	13.763	-	766	37.566	-	37.566
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(159.968)</b>	<b>(1.676.184)</b>	<b>(106.686)</b>	<b>(276)</b>	<b>(59.154)</b>	<b>(2.002.268)</b>	<b>-</b>	<b>(2.002.268)</b>
Depreciação	(7.385)	(109.391)	(13.719)	-	(8.417)	(138.912)	-	(138.912)
Baixa da depreciação	12.066	56.358	29.859	-	2.994	101.277	-	101.277
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(155.287)</b>	<b>(1.729.217)</b>	<b>(90.546)</b>	<b>(276)</b>	<b>(64.577)</b>	<b>(2.039.903)</b>	<b>-</b>	<b>(2.039.903)</b>
<b>Valor residual</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>113.624</b>	<b>659.282</b>	<b>77.752</b>	<b>-</b>	<b>19.833</b>	<b>870.491</b>	<b>122.358</b>	<b>992.849</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.498	583.131	81.968	-	21.002	789.599	143.227	932.826
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades Produzidas	10%	20%	20%			

## 10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
<b>Custo</b>									
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>280.271</b>	<b>2.777.003</b>	<b>187.709</b>	<b>6.172</b>	<b>87.715</b>	<b>37.015</b>	<b>3.375.885</b>	<b>174.584</b>	<b>3.550.469</b>
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	261.548	261.548
Transferências	16.147	189.881	20.560	974	11.986	1.081	240.629	(240.629)	-
Alienação/baixa	-	(35.937)	(14.492)	(323)	(1.393)	(235)	(52.380)	(1)	(52.381)
Variação cambial	(852)	(120.757)	(513)	(1.377)	(2.251)	(8.175)	(133.925)	(7.853)	(141.778)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>295.566</b>	<b>2.810.190</b>	<b>193.264</b>	<b>5.446</b>	<b>96.057</b>	<b>29.686</b>	<b>3.430.209</b>	<b>187.649</b>	<b>3.617.858</b>
Aquisições	1.233	50.701	15	-	282	-	52.231	244.633	296.864
Transferências	34.043	192.471	15.146	46	8.237	1.955	251.898	(251.898)	-
Alienação/baixa	(28.134)	(81.538)	(35.482)	(132)	(4.764)	(309)	(150.359)	(7.762)	(158.121)
Variação cambial	508	38.087	113	422	543	578	40.251	10.216	50.467
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>303.216</b>	<b>3.009.911</b>	<b>173.056</b>	<b>5.782</b>	<b>100.355</b>	<b>31.910</b>	<b>3.624.230</b>	<b>182.838</b>	<b>3.807.068</b>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>(170.763)</b>	<b>(1.991.098)</b>	<b>(111.279)</b>	<b>(4.839)</b>	<b>(62.230)</b>	<b>(21.502)</b>	<b>(2.361.711)</b>	-	<b>(2.361.711)</b>
Depreciação	(6.281)	(125.943)	(13.322)	(426)	(9.730)	(3.041)	(158.743)	-	(158.743)
Baixa da depreciação	-	29.609	13.856	296	1.393	100	45.254	-	45.254
Variação Cambial	574	69.530	416	1.000	1.783	5.048	78.351	-	78.351
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(176.470)</b>	<b>(2.017.902)</b>	<b>(110.329)</b>	<b>(3.969)</b>	<b>(68.784)</b>	<b>(19.395)</b>	<b>(2.396.849)</b>	-	<b>(2.396.849)</b>
Depreciação	(8.286)	(137.195)	(13.913)	(332)	(10.213)	(2.556)	(172.495)	-	(172.495)
Baixa da depreciação	12.066	64.848	30.014	118	4.593	49	111.688	-	111.688
Variação cambial	105	(21.779)	(91)	(320)	(397)	(1.790)	(24.272)	-	(24.272)
<b>Saldos em 30 de dezembro de 2017</b>	<b>(172.585)</b>	<b>(2.112.028)</b>	<b>(94.319)</b>	<b>(4.503)</b>	<b>(74.801)</b>	<b>(23.692)</b>	<b>(2.481.928)</b>	-	<b>(2.481.928)</b>
<b>Valor Residual</b>									
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>130.631</b>	<b>897.883</b>	<b>78.737</b>	<b>1.279</b>	<b>25.554</b>	<b>8.218</b>	<b>1.142.302</b>	<b>182.838</b>	<b>1.325.140</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.096	792.288	82.935	1.477	27.273	10.291	1.033.360	187.649	1.221.009
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%	-	-	-

## 11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores	<b>956.449</b>	634.240	<b>1.816.334</b>	1.264.235
Fornecedores risco sacado - Mercado interno	<b>740.970</b>	906.955	<b>741.042</b>	976.039
Fornecedores risco sacado - Mercado externo	<b>61.661</b>	93.939	<b>61.666</b>	93.939
Ajuste a valor presente	<b>(26.892)</b>	(60.144)	<b>(41.271)</b>	(73.686)
<b>Total</b>	<b>1.732.188</b>	1.574.990	<b>2.577.771</b>	2.260.527

A Companhia possui parcerias com instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo ao mesmo gerenciar melhor suas necessidades de fluxo de caixa. A opção oferecida não altera substancialmente as condições comerciais existentes entre a Companhia e os fornecedores. Assim, essas operações são apresentadas no fluxo de caixa das atividades operacionais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 0,67% e 0,76% a.m. (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas ficaram entre 1,24% e 1,37% a.m.).

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 0,27% e 0,29% a.m. (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas ficaram entre 0,25% e 0,29% a.m.).

## 12. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	1.845	80.950	1.845	80.950
Provisão para garantias	14.940	10.899	26.804	19.395
Programa de participação nos resultados	36.577	54.540	40.443	62.638
Adiantamentos de clientes	611	4.240	75.385	37.807
Contas a pagar – Antitruste (i)	24.028	24.936	24.460	26.632
Provisão de propaganda e bonificações	114.483	102.024	163.676	150.582
Outras provisões	26.055	44.390	41.066	80.463
Outras contas a pagar	112.816	77.995	173.528	108.349
	<b>331.355</b>	<b>399.974</b>	<b>547.207</b>	<b>566.816</b>
Circulante	298.370	354.312	507.287	514.946
Não circulante	32.985	45.662	39.920	51.870

(i) Vide comentário na Nota 13.1.a.

## 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do respectivo montante, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:				
Cíveis	42.501	33.464	51.697	41.371
Trabalhistas	41.138	29.932	48.657	39.070
Tributárias	38.838	47.929	69.426	80.336
Total passivo não circulante	<b>122.477</b>	<b>111.325</b>	<b>169.780</b>	<b>160.777</b>



### 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Depósitos judiciais</b>				
Cíveis	<b>12.060</b>	13.838	<b>12.553</b>	14.309
Trabalhistas	<b>13.227</b>	11.394	<b>15.344</b>	11.801
Tributários	<b>70.079</b>	83.979	<b>90.260</b>	107.227
	<b>95.366</b>	109.211	<b>118.157</b>	133.337

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>32.442</b>	<b>21.255</b>	<b>65.895</b>	<b>119.592</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(3.666)	25.606	(13.626)	8.314
(-) Pagamentos	-	(19.716)	(100)	(19.816)
(+) Atualização monetária	4.688	2.787	(4.240)	3.235
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>33.464</b>	<b>29.932</b>	<b>47.929</b>	<b>111.325</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	16.123	33.113	(10.136)	39.100
(-) Pagamentos	(14.007)	(24.722)	(588)	(39.317)
(+) Atualização monetária	6.921	2.815	1.633	11.369
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>42.501</b>	<b>41.138</b>	<b>38.838</b>	<b>122.477</b>

  

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>40.885</b>	<b>26.613</b>	<b>102.172</b>	<b>169.670</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(4.589)	29.687	(17.585)	7.513
(-) Pagamentos	(912)	(20.689)	(100)	(21.701)
(+) Atualização monetária	5.987	3.459	(4.151)	5.295
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>41.371</b>	<b>39.070</b>	<b>80.336</b>	<b>160.777</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	17.654	32.108	(11.632)	38.130
(-) Pagamentos	(15.070)	(25.998)	(587)	(41.655)
(+) Atualização monetária	7.742	3.477	1.309	12.528
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>51.697</b>	<b>48.657</b>	<b>69.426</b>	<b>169.780</b>

## 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

### 13.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. Adicionalmente, solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 31 de dezembro de 2017, há provisão de R\$ 24.460 (R\$ 26.632 em 31 de dezembro de 2016).

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

### 13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota

#### a) Emenda Constitucional nº33 – EC33

Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

## 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

### 13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

#### a) Emenda Constitucional nº33 – EC33--Continuação

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliaram que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado. Os referidos débitos foram homologados em 29 de setembro de 2017. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação dos pagamentos, pela Receita Federal.

#### b) Crédito-Prêmio de IPI - Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior. Desta decisão, a União apresentou diversos recursos e, em 01 de dezembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal certificou o trânsito em julgado, de maneira favorável à Companhia.

## 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

### 13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

#### b) Crédito-Prêmio de IPI - Exportação--Continuação

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cuja decisão determinou a aplicação do IPCA-E para precatórios emitidos posteriormente a 25 de março de 2015. Além deste caso, havia uma repercussão geral no Supremo Tribunal Federal – STF, que determinaria o índice de correção monetária (IPCA-E ou TR) para as condenações da Fazenda Pública. Em 20 de setembro de 2017, o STF retomou o julgamento dessa repercussão geral e fixou o entendimento de que o IPCA-E é o índice correto a ser aplicado nas condenações impostas contra a Fazenda Pública. Baseado nesta decisão, a Companhia monetizou R\$ 135.798 do saldo remanescente do crédito prêmio de IPI até 31 de dezembro de 2017.

#### c) Tributação da exportação incentivada - Befiex

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social exigidas pela receita federal e vem vigorosamente defendendo esta posição. Com base nas opiniões dos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total dessas autuações, incluindo juros e multa, é de aproximadamente R\$ 1.870.185 (R\$ 1.762.198 em 31 de Dezembro de 2016).

#### d) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior – CFC (Controlled Foreign Corporation)

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 (“MP”) que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para

### 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

#### 13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

##### d) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior – CFC (Controlled Foreign Corporation)--Continuação

apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia, reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação. Atualmente, aguarda-se a o julgamento dos recursos da União aos Tribunais Superiores.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de aproximadamente R\$ 152.943 (R\$145.442 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2017.

##### e) MP470/09 – IPI anistia

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14 de junho de 2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal. Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2017 reflete o valor de R\$241.236.

### 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

#### 13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

e) MP470/09 – IPI anistia--Continuação

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2017.

f) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Além dos processos fiscais acima mencionados, também estamos discutindo, em diversas esferas judiciais e administrativas, outros casos cobrados pelas Autoridades Fiscais, incluindo processos relativos à monetização de créditos de BEFIEX e outros tópicos. De acordo com nossas políticas contábeis, a Companhia avalia rotineiramente, junto com seus consultores jurídicos, os prognósticos de perda dos casos. Acreditamos que esses processos não prosperarão e, por isso, continuamos defendendo vigorosamente nossas posições. Os processos com avaliação de perda possível perfazem o montante de R\$1.275.113 no consolidado (R\$1.218.659 na controladora) em 31 de dezembro de 2017 e de R\$1.012.351 no consolidado (R\$957.441 na controladora) em 31 de dezembro de 2016.

Ademais, também temos ações judiciais para a discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação a este assunto, em março de 2017 o STF fixou a tese de repercussão geral de que “o ICMS não compõem a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. No quarto trimestre do ano de 2017, vendemos parte do direito aos créditos desta ação para um terceiro, pelo valor de R\$90.000.

g) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$834.285 e R\$685.318, respectivamente, relacionados a esses contratos.

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vender” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.



## 13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

### 13.3 Compromissos de garantia em operações de vendor

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos em aberto nesta operação eram, respectivamente, de R\$942.526 e R\$840.795.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram de R\$445.000 e R\$458.000, respectivamente

### 13.4 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$131.900 em 2018, R\$150.048 em 2019, R\$161.350 em 2020, R\$47.550 em 2021, R\$47.750 em 2022 e R\$15.199 até o término do compromisso.

### 13.5 Linha de crédito garantida

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social

- i. O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

## 14. Patrimônio líquido--Continuação

### b) Reservas de capital--Continuação

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$36.379 e R\$23.532, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2017.

### c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

### d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 17).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 15) e assistência médica (Nota 16) da Companhia.

## 14. Patrimônio líquido--Continuação

### e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

### f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:



## 14. Patrimônio líquido—Continuação

### f) Juros sobre capital próprio e dividendos-- Continuação

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício da controladora</b>	<b>435.859</b>	311.788
Constituição de Reserva Legal	(14.662)	-
<b>Lucro Líquido do exercício da controladora ajustado</b>	<b>421.197</b>	311.788
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) – pagos antecipadamente no período de 2017	<b>105.979</b>	77.947
Ações ordinárias	<b>70.332</b>	51.733
Ações preferenciais	<b>35.666</b>	26.226
<b>Dividendos adicionais deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017:</b>		
Ações ordinárias	<b>398.488</b>	-
Ações preferenciais	<b>201.998</b>	-
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>706.484</b>	<b>77.959</b>
<b>Quantidade de ações</b>		
Ações ordinárias	<b>1.028.700.892</b>	1.028.700.892
Ações preferenciais	<b>474.085.114</b>	474.085.114
	<b>1.502.786.006</b>	1.502.786.006
<b>Dividendo distribuídos por ação</b>		
Ações ordinárias	<b>0,45574</b>	0,05029
Ações preferenciais	<b>0,50131</b>	0,05532

A movimentação dos dividendos é como segue:

	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.505</b>
(+) Distribuição de dividendos do exercício	77.959
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	-
(-) Pagamentos	(514)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>80.950</b>
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	706.484
(-) Pagamentos	(785.589)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.845</b>

## 14. Patrimônio líquido—Continuação

### g) Lucro por ação

#### *Básico e diluído*

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2017 e 2016 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	435.859	311.788
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,29	0,21

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

## 15. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado “Plano”), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

### a) Plano não fundadores

A modalidade do Plano Não Fundadores é de contribuição definida “CD” sendo o custo compartilhado entre os participantes e a Companhia. A parcela de contribuição da Companhia varia em função da faixa etária do empregado. Em 31 de dezembro de 2017, a contribuição da Companhia no plano “CD” reconhecida no resultado foi de R\$3.587 (R\$13.853 em 31 de dezembro de 2016).

## 15. Plano de previdência privada—Continuação

### b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2017, participam 7 empregados e dirigentes (11 em dezembro de 2016) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

#### Hipóteses econômicas (taxas nominais):

Taxa de desconto  
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano  
Índice estimado de aumento nominal dos salários  
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios  
Taxa estimada de inflação de longo prazo  
Tábua biométrica de mortalidade geral

Tábua biométrica de entrada em invalidez  
Taxa de rotatividade esperada  
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa  
Probabilidade de ingresso em aposentadoria

	2017	2016
	11,50% a.a.	11,50% a.a.
	11,50% a.a.	11,50% a.a.
	7,51% a.a.	7,51% a.a.
	5,40% a.a.	5,00% a.a.
	5,40% a.a.	5,00% a.a.
UP94 geracional segregada por sexo		UP94 geracional segregada por sexo
Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento		Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento
Fundadores: 6% a.a.		Fundadores: 6% a.a.
100% dos desligamentos		100% dos desligamentos
100% aos 60 anos		100% aos 60 anos



## 15. Plano de previdência privada--Continuação

### b) Plano fundadores--Continuação

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	25.395	21.421
Valor presente das obrigações atuariais	25.395	21.421
Valor justo dos ativos do plano	(19.190)	(16.739)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	6.205	4.682
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>6.205</b>	<b>4.682</b>

Conforme permitido no parágrafo 93ª. do CPC 33 (R1), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido no exercício é como segue:

	2017	2016
<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>4.682</b>	<b>(3.487)</b>
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	189	(271)
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(1.426)	(228)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	2.760	8.668
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>6.205</b>	<b>4.682</b>

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2017	2016
<b>Valor presente da obrigação no início do exercício</b>	<b>21.421</b>	<b>21.235</b>
Custo do serviço corrente da patrocinadora	(248)	361
Juros sobre a obrigação atuarial	2.306	2.697
Contribuições dos empregados	220	235
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	1.696	348
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.455)
<b>Valor presente da obrigação no final do exercício</b>	<b>25.395</b>	<b>21.421</b>

## 15. Plano de previdência privada—Continuação

### b) Plano fundadores--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

Hipótese Nível de sensibilidade	Taxa de desconto	
	0,5% aumento	0,5 % redução
Impacto na obrigação	5.015	16.513

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2017	2016
<b>Valor justo dos ativos no início do exercício</b>	<b>16.739</b>	24.722
Retorno real dos investimentos	<b>1.869</b>	3.329
Contribuições pagas pela patrocinadora	<b>1.426</b>	228
Contribuições pagas pelos empregados	<b>220</b>	235
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.455)
Outros ajustes em outros resultados abrangentes	<b>(1.064)</b>	(8.320)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>19.190</b>	<b>16.739</b>

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2017	2016
Custo do serviço corrente	<b>(248)</b>	361
Juros sobre as obrigações atuariais	<b>2.306</b>	2.697
Rendimento dos ativos do plano	<b>(1.869)</b>	(3.329)
<b>Despesa (receita) total reconhecida no resultado</b>	<b>189</b>	<b>(271)</b>

## 15. Plano de previdência privada—Continuação

### b) Plano fundadores--Continuação

A previsão da despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Custo do serviço corrente	391
Juros sobre as obrigações atuariais	2.306
Despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	2.697

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2017	2016
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2017 é de R\$19.190 (\$16.739 em 2016).

## 16. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Os passivos estimados atuarialmente relacionados a esse plano encontram-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$92.456 (R\$84.385 em 31 de dezembro de 2016).

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

## 16. Plano de assistência médica--Continuação

	2017	2016
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,75% a.a.	11,25% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	10,77% a.a.	11,4% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,55% a.a.	6,40% a.a.
	UP-94	UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura
Valor presente das obrigações atuariais
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano
Passivo atuarial líquido

2017	2016
92.456	84.385
92.456	84.385
92.456	84.385
92.456	84.385

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>
Despesa reconhecida no resultado do exercício
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes
<b>Passivo atuarial líquido no fim do exercício</b>

2017	2016
85.304	69.070
9.254	8.744
(6.039)	(4.645)
3.937	11.216
92.456	84.385

Conforme permitido no parágrafo 93<sup>a</sup>. do CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

## 16. Plano de assistência médica--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação as hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

Hipóteses Nível de sensibilidade	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	0,5% aumento	0,5% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	88.404	96.830	100.545	85.386

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A despesa reconhecida no resultado de 2017 da Companhia no montante de R\$9.254 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2017	2016
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254	8.744
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	9.254	8.744

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	9.254

## 17. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

### Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos. Com base no modelo de



## 17. Remuneração baseada em ações--Continuação

### Opções de ações—Continuação

precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de US\$44,03 e US\$31,06 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2017	2016
Taxa de juros livre de risco	1,9%	1,2%
Expectativa de volatilidade	32,0%	33,5%
Expectativa de dividendos	2,3%	2,8%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

### Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2016	92	122,21
Outorgadas	30	132,19
Exercidas	(26)	96,96
Perda do direito ou prescritas	(11)	128,30
Opções em aberto em 31/12/2016	85	132,75
Opções exercíveis em 31/12/2016	41	113,31

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2017	85	132,75
Outorgadas	25	177,19
Exercidas	(13)	119,73
Perda do direito ou prescritas	(1)	152,28
Opções em aberto em 31/12/2017	96	143,04
Opções exercíveis em 31/12/2017	46	124,71

## 17. Remuneração baseada em ações—Continuação

### Movimentação das opções de ações--Continuação

O valor intrínseco das opções de ações em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$2,6 milhões e R\$6,6 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$5,9 milhões e R\$8,6 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2017 é de 6,9 anos (7,3 anos em 31 de dezembro de 2016).

### Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 3 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$15,2 milhões e R\$11,2 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$545,19 e R\$414,52, respectivamente.

## 17. Remuneração baseada em ações—Continuação

### Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”—Continuação

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2016	76	135,89
Outorgadas	34	125,31
Perda de direito	(4)	133,20
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(24)	99,80
Ações não revertidas em direito em 31/12/2016	82	143,64
Ações não revertidas em direito em 01/01/2017	82	138,58
Outorgadas	44	164,81
Perda de direito	(20)	155,44
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(26)	120,08
Ações não revertidas em direito em 31/12/2017	80	157,12

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$36.378 e R\$23.532 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

## 18. Instrumentos financeiros

### I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

### II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

#### a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

*NDF's* Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

*Hedge* de balanço a valor justo

O balanço se beneficia de um hedge "natural" dinâmico, originado da natureza importadora x exportadora da operação. A parcela resultante líquida, que gera exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição líquida de balanço são cobertas por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como hedge a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "hedge" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Moeda Estrangeira	13.893	23.023	9.642	19.249

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "hedge" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

##### *Hedge de fluxo de caixa*

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Moeda Estrangeira	3.437	(18.021)	3.437	(18.021)

#### b) Exposição a riscos de “*commodities*”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.



## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

##### *Hedge de fluxo de caixa*--Continuação

#### b) Exposição a riscos de “commodities”-- Continuação

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Commodities	8.458	(38.060)	8.458	(38.060)

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

##### c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

##### d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

Controladora			
	Classificação do <i>hedge</i> *	Valores nominais	
		2017	2016
Commodities	CF	173.764	177.589
Moeda estrangeira	CF / FV	318.509	188.140
Total		492.273	365.729

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

##### d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2017	2016	2017	2016
Commodities	CF	14.020	1.169	-	(6.863)
Moeda estrangeira	CF / FV	8.855	3.048	(387)	(9.026)
Total		22.875	4.217	(387)	(15.889)
<b>Circulante</b>		14.747	3.935	(387)	(13.539)
<b>Não circulante</b>		8.128	282	-	(2.350)

Consolidado			
	Classificação do hedge*	Valores nominais	
		2017	2016
Commodities	CF	173.764	177.589
Moeda estrangeira	CF / FV	318.509	226.597
Total		492.273	404.186

Consolidado					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2017	2016	2017	2016
Commodities	CF	14.020	1.169	-	(6.863)
Moeda estrangeira	CF / FV	8.859	3.048	(387)	(10.840)
Total		22.879	4.217	(387)	(17.703)
<b>Circulante</b>		14.751	3.935	(387)	(15.353)
<b>Não circulante</b>		8.128	282	-	(2.350)

\* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

##### d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	451	(6.606)	3.437	(18.021)
Commodities	14.020	21.032	8.458	(38.060)
Saldo final	14.471	14.426	11.895	(56.081)
Saldo final líquido de impostos	9.551	9.521		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	451	(6.606)	3.437	(18.021)
Commodities	14.020	21.032	8.458	(38.060)
Saldo final	14.471	14.426	11.895	(56.081)
Saldo final líquido de impostos	9.551	9.521		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2017 e 2016, nos montantes de R\$9.551 e R\$9.521, respectivamente, resultam na variação de R\$30, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

##### e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
Valor justo de <i>hedges</i>	31.12.2017	31.12.2016
Exposição líquida de balanço	(20.696)	133.541
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	13.893	23.023

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
Valor justo de <i>hedges</i>	31.12.2017	31.12.2016
Exposição líquida de balanço	58.239	152.012
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	9.642	19.249

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### II. Risco de mercado--Continuação

#### A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

##### e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

\* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2017 3,3080.

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

##### f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de hedge quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
Q1'18	Q2'18	Q3'18	Q4'18	Total	Q1'18	Q2'18	Q3'18	Q4'18	Total
2.693	2.503	3.420	2.844	12.461	2.693	2.503	4.421	2.844	12.461
Q1'19	Q2'19	Q3'19	Q4'19	Total	Q1'19	Q2'19	Q3'19	Q4'19	Total
2.063	727	496	-	3.287	2.063	727	496	-	3.287
Q1'20	Q2'20	Q3'20	Q4'20	Total	Q1'20	Q2'20	Q3'20	Q4'20	Total
-	-	-	4.841	4.841	-	-	-	4.841	4.841

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.



## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Ba3
Bradesco	Ba3
Citibank	Ba3
HSBC	Ba3
Itaú BBA	Ba3
JP Morgan	A3
Santander	Ba3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A2

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### IV. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	239.904	309.685
Derivativos	22.488	11.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.882)	(322.103)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(181.490)</b>	<b>(746)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.238.578</b>	<b>2.409.961</b>
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>2.057.088</b>	<b>2.409.215</b>

Consolidado		
	Alavancagem	
	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	242.712	337.359
Derivativos	22.492	13.486
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.167.658)	(756.352)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(902.454)</b>	<b>(405.507)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.374.680</b>	<b>2.544.790</b>
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>1.472.226</b>	<b>2.139.283</b>

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### V. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

#### *Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”*

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2017.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	14.020	(9.783)	(23.805)
Hedge de Moeda	Queda da moeda	6.605	(70.425)	(147.829)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(37)	(768)	(1.495)

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### V. Análise de sensibilidade--Continuação

#### Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”--Continuação

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
<b>Posição ativa</b>				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	14.020	(9.783)	(23.805)
Hedge de moeda	Queda da moeda	6.605	(70.425)	(147.829)
<b>Posição passiva</b>				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(37)	(768)	(1.495)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 6,75% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 6,89% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	8.690	6.835	4.935
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417
<b>Consolidado</b>				
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	10.508	8.300	6.039
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### VI. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativos financeiro</b>				
Clientes	667.204	789.170	1.266.761	1.393.737
Derivativos em <i>hedge</i>	19.265	4.217	19.269	4.217
Caixa e equivalentes de caixa	473.240	322.103	974.836	756.352
<b>Total</b>	<b>1.159.709</b>	<b>1.115.490</b>	<b>2.260.866</b>	<b>2.154.306</b>
<b>Passivos financeiro</b>				
Fornecedores	1.773.364	1.574.990	2.451.820	2.260.527
Empréstimos	235.559	309.685	269.934	337.359
Derivativos em <i>hedge</i>	3.899	15.889	3.968	17.703
<b>Total</b>	<b>2.012.822</b>	<b>1.900.564</b>	<b>2.725.722</b>	<b>2.615.589</b>

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:



## 18. Instrumentos financeiros--Continuação

### VI. Valor justo--Continuação

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiro</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.167.658	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	22.879	-
<b>Passivos financeiro</b>			
Empréstimos	-	242.712	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	387	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").
- O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.



## 19. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Receita bruta</b>	<b>8.753.539</b>	8.568.713	<b>12.149.804</b>	11.864.582
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	8.753.539	8.568.713	12.149.804	11.864.582
<b>Deduções</b>	<b>(2.069.716)</b>	(2.115.034)	<b>(2.666.931)</b>	(2.645.817)
Devoluções e cancelamentos	(143.069)	(144.588)	(254.795)	(281.091)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.926.647)	(1.970.446)	(2.412.136)	(2.364.726)
<b>Receita líquida</b>	<b>6.683.823</b>	6.453.679	<b>9.482.873</b>	9.218.765

## 20. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	5.510.287	5.474.416	7.588.776	7.634.030
Despesas com vendas e distribuição	755.869	583.802	1.030.775	777.222
Despesas administrativas	306.294	341.979	412.349	433.157
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	12.083	10.392	56.195	55.932
	<b>6.584.533</b>	6.410.589	<b>9.088.095</b>	8.900.341
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	4.076.172	4.123.053	5.416.808	5.590.113
Outros custos	708.494	647.679	1.387.254	1.260.389
Outras despesas (receitas)	468.730	320.014	702.669	473.604
Depreciação e amortização	172.757	153.198	207.225	187.253
Despesas com pessoal	1.158.380	1.166.645	1.374.139	1.388.982
	<b>6.584.533</b>	6.410.589	<b>9.088.095</b>	8.900.341

## 21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita de juros	32.963	46.513	58.976	89.976
Variações monetárias e cambiais ativas	189.152	376.214	198.296	392.942
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	13.893	73.347	15.916	76.589
Receitas de AVP	334.769	342.457	415.220	422.262
Outras receitas financeiras	51.784	7	53.333	66
Total de receitas financeiras	622.561	838.538	741.741	981.835
Despesas de juros	(76.751)	(104.279)	(36.445)	(28.732)
Variações monetárias e cambiais passivas	(199.688)	(399.299)	(225.010)	(418.547)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	-	(50.324)	(6.274)	(57.340)
Despesas de AVP	(180.999)	(166.704)	(230.386)	(240.582)
Outras despesas financeiras	(76.615)	(77.659)	(90.932)	(107.915)
Total de despesas financeiras	(534.053)	(798.265)	(589.047)	(853.116)
Total	88.508	40.273	152.694	128.719